

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Economia e Totalidade

Uma releitura crítica de Adam Smith

LUIS MARTINS DA COSTA BERNER

matrícula nº: 109023284

ORIENTADORA: Professora Angela Ganem

JANEIRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Economia e Totalidade

Uma releitura crítica de Adam Smith

LUIS MARTINS DA COSTA BERNER

matrícula nº: 109023284

ORIENTADORA: Professora Angela Ganem

JANEIRO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Para a bisá Laura, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não é obra de uma mente que, inquieta consigo mesma, lança-se fortuitamente à apreensão do mundo das ideias: ela possui uma história que pertence a um espaço e uma época muito particulares, composta de diversos sujeitos. A história que aqui resulta é fruto, portanto, dos estímulos e angústias provocados, em particular, pela experiência de uma graduação em ciências econômicas no Instituto de Economia da UFRJ; de algum modo este trabalho pertence a esta casa, que guardarei na memória com muito carinho.

Agradeço profundamente a todos os que se fizeram presentes durante minha trajetória, a começar pela minha família mais imediata – meus pais, irmã, avó e minha sobrinha canina – cujo apoio se manifestou de inúmeras formas, e em especial durante os períodos de trabalhos mais intensos: estes são minha estrutura e sem dúvida minha maior referência. À importância destes em minha vida só se igualam minhas avós de Santa Teresa, extensão do que considero lar.

Da vida acadêmica, devo não apenas aos que atuaram na linha de frente da formação de futuros economistas, mas os que fizeram parte desta experiência em seu sentido mais abrangente, a começar pelos parceiros da xérox, André e Dudu e aos queridos funcionários da secretaria, Darci, Marcelo, Moisés e, especialmente, à Anna Lucia. Sem esquecer também do Rafael Tião do Asterius e de toda a equipe do sujinho – a Tia, o Tião, Romarinho, Nailson, Zé e Seu Manuel – com seu senso de humor único e inabalável, motivo suficiente para justificar futuras visitas ao campus, além, é claro, do inesquecível Gilson.

Aos meus professores mais queridos: Paixão, Galeno, Daniel, Fiani, Possas e Possas, Fred, Carlos Eduardo, Bielschowski, Medeiros e Serrano, Alexis, Leonarda, Rolando, além dos que me inspiraram em tempos pré-economistas, Roosevelt, Marcia Caetano, Tadeu, Rodrigo e Marcia.

Aos pesquisadores e colaboradores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile, espaço que me foi especialmente importante nesta passagem pelo IE, Maria Malta, Bruno Borja, Castelo, Helio, Pablo e aos pós-graduandos que conheci direta ou indiretamente através deste, Carlinha, Andre, Larissa, Rodrigo, Allan e Ju. Não imagino a concepção desta monografia sem a vivência com esse grupo mais que especial de intelectuais e, sobretudo, amigos.

Aos meus queridos amigos que conheci durante a graduação (certamente seu legado mais importante), alguns dentre os quais passaram a compor minha espécie de família

ampliada : Petit e Bia, Marcos, Helena, Rudra e Cy, Filipe, Pedrinho, Renatinho, Motta, Amêndoa, Thales, Leo Soutelo, Victor, Mineiro, Cunha, Helo, Lu, Milk, Gê, Giulia, Celso, Zelesco , Leo Veiga, Guilherme Lima, Jesus, Bianca, Julinha, Leoleo, Bertha Bastos , Takashi, Peçanha, Pedro Americo, Paulinho, Lo duca, Cadena, Coxinha, Leon, Tinha, Assaf, Luisa, Vitorinha, Vic, Kathê e Serjão, Farina, Rawet , Fernandinha, Vantine, Papa, Calouro Michael, Raquel e Gustavo.

Como a vida universitária não seria completa sem a militância estudantil, registro aqui minha gratidão aos companheiros Maria, Kenzo, Jordana, Carol, Presuntinho, Paiva, Luciana, Bras e Bras, aos militantes do Nós Não Vamos Pagar Nada e da UJC.

Pela experiência do Guerra nas Escolas, das mais importantes para minha formação: Bahia, Conrado e Mario.

Além, é claro, de meus amigos de toda a vida, Dani, Camille, Guimba, Ingrid, Tainan, John, Fifa, Beta, Flora, Marcelo, Gri, Fofura, Marrentinho e também os mais recentes, fruto de outras andanças, Saulo, Renata, Elis, Mickaël, Flavie, Zorrilla, Eugenie, Jeanne, Yuri, Nelsinho, Natalia, Lea Baieux, Lea Dumayet, Clarissa, Olavo, Pagnuzzi, Alê, Eleni.

Aos sempre presentes, meus primos Felipe da Guarda – e sua trupe infinita de lusitanos - e João das Flautas, além dos meus eternos companheiros de roda, de musica e de bar, os pixinguços Mari Zanon Zotin e Daniel Pinho.

Da minha rápida experiência pelo ipea, um carinho especial eu guardo por Marcelo, meu primeiro chefe, e dos meus companheiros Renata e Fernando Barreto. A este último um agradecimento especial pelos primeiros pontapés e puxões de orelha que deram o impulso inicial a este trabalho.

Finalmente, as considerações mais especiais à minha orientadora e amiga, Angela Ganem, sem a qual este trabalho não seria nem projeto. Suas aulas me aproximaram pela primeira vez dos temas pelos quais me enveredaria mais tarde, seus textos foram importantes fontes de inspiração e sua orientação mais que correspondeu às altas expectativas que tinha. Eternamente grato.

RESUMO

O presente trabalho apresenta elementos centrais do método marxista, discutindo sua importância para uma epistemologia do social que trate de superar os limites de uma ciência compartimentada. Em seguida nos debruçamos sobre a obra de Adam Smith, propondo uma releitura crítica de seu trabalho que resgate seus elementos que possam contribuir, ainda hoje, para uma abordagem do social que respeite as complexidades de seu objeto, com contribuições relevantes para os estudos marxistas.

*“Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa
natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.”*

Bertold Brecht

Índice

Introdução	10
Cap. 1 – Economia e dialética	14
1.1 – O ponto de vista da totalidade	14
1.2 – A manifestação do todo em uma categoria econômica.....	17
1.3 – Economia Política e consciência de classe	19
1.4 – Catarse e a práxis criadora.....	22
Cap. 2 – Relendo Adam Smith.....	25
2.1 – A controvérsia da paternidade	25
2.2 – A síntese smithiana	29
Conclusões Finais	36
BIBLIOGRAFIA	39

Introdução

É notável o profundo questionamento que agita a ciência econômica, não apenas nos dias de hoje como desde suas origens e, desde então, com certa frequência. Não foram poucos os que discutiram, sob diferentes marcos teóricos, o “sentido, os limites e o método desta ciência que, novamente, vê-se forçada a escolher entre a descrição e o conhecimento do essencial”.

“História e Dialética” é uma referência fundamental deste trabalho, que introduzimos com a paráfrase acima ao parágrafo inicial do livro de Leo Kofler (2010 [1955]). Se as angústias do historiador aparecem aí tão semelhantes às aquelas que afligem os economistas de tantas épocas distintas, não é casual: os limites que se impõem à ciência econômica originam-se menos de características intrínsecas ou particulares a seu objeto e mais a um modo específico de fazer ciência que compartimenta (isola) o que na realidade encontra-se unido. Trata-se então de localizar a ciência econômica neste movimento histórico da consciência burguesa, que transforma seu maior triunfo, a revolução científica moderna, na renúncia de seu poder de apreensão da realidade social em sua totalidade¹: Kofler argumenta que a progressiva autonomia do homem, do ponto de vista de sua subexistência, frente à natureza e, sobretudo, o interesse prático da burguesia – que vinha participando desde o século XVI do processo produtivo e mantendo uma posição revolucionária antifeudal – deram origem a um desenvolvimento sem precedentes do conhecimento objetivo. É característico, contanto, que a ciência que se desenvolve a partir destas condições tenha tido seus maiores triunfos no campo da ciência natural e que a filosofia burguesa tenda a se espelhar nos métodos da matemática e da ciência natural. E deste modo prossegue:

Sabemos que o pensamento espontâneo da totalidade – que, como tendência, mostrou-se vigoroso na época pré-burguesa e nos primeiros tempos da burguesia – perdeu-se progressivamente com a individualização e a atomização crescentes do processo social; e que, por todo lado, impôs-se a especialização da ciência e seu fenômeno concomitante, ou

¹ Kofler aprofunda esta questão, discutindo as implicações epistemológicas dos métodos que se desenvolvem a partir da Revolução Científica Moderna. Desenvolveremos mais adiante alguns de seus argumentos para os fins deste trabalho.

seja , a divinização do fenômeno singular e isolado. Aquilo que a consciência moderna costuma reconhecer como o triunfo gigantesco da ciência a partir dos séculos XVI e XVII foi conquistado, na verdade, ao preço da renúncia ao conhecimento da realidade como um todo unitário. A riqueza e a variedade das visões parciais ocultaram a indigência do conhecimento da essência do todo. KOFLER (2010 [1955]: 98)

O que fazemos então é essencialmente uma defesa da interdisciplinaridade¹, tomada em seu sentido mais radical, que por fim trate por suprimir os limites formais das cadeiras universitárias e suas especializações, de modo que a própria acepção do termo como *intercâmbio entre disciplinas* fique comprometida. Trata-se, portanto, de uma *superação* da abordagem disciplinar, que passa, naturalmente (ou melhor, dialeticamente), por sua *negação*.

A primeira parte deste trabalho procura entender os determinantes que conduziram a consciência moderna a esta estrutura disciplinar, após uma breve explanação dos conceitos que fundamentam a crítica, em especial a controversa *consciência burguesa*, de Lukács. Em oposição ao modo com que a ciência tradicional apreende os fenômenos particulares, procuramos expor a então posição ontológica que o econômico ocupa frente à totalidade na teoria marxista. Em suma, trata-se de demonstrar não apenas que o *político* é inseparável do *fazer científico* como é seu momento de afirmação da teleologia da liberdade, o momento em que o homem faz-se sujeito da própria história. É nesse sentido que resgatamos, ao final do primeiro capítulo, a contribuição de Gramsci em sua definição de catarse.

Este primeiro movimento propõe-se a expor os fundamentos epistemológicos de nossa crítica antes que esta se dirija, no segundo capítulo, às origens da economia política, em particular a Adam Smith. Nosso objetivo então é mostrá-lo como um verdadeiro representante ideológico da burguesia liberal em ascensão, cuja luta contra o Antigo Regime ainda se consolidava. Sua cruzada contra a propriedade feudal em favor da propriedade móvel é o que torna o conceito de trabalho central e irrenunciável para estes pensadores, assim como faz da

¹ A questão da história da formação das disciplinas é brevemente tratada por Immanuel Wallerstein em seu livro *Introdução à análise dos Sistemas Mundo* (2004), tema sobre o qual se debruça em diversos momentos de sua obra. Wallerstein recusa o termo “*interdisciplinaridade*”, utilizado pela chamada Escola dos Annales (Bloch, Febvre, Braudel, para citar alguns), que considera um projeto fracassado. Propõe em seu lugar a defesa da unidisciplinaridade. Não entraremos nesse mérito, por crer que a defesa do princípio da totalidade marca uma posição suficientemente clara frente a essa questão para nos atermos, ao menos por hora, às nuances deste conceito em particular.

economia política o estado das artes da consciência burguesa: a principal arma de sua crítica. A propriedade capitalista aparece a estes como conquistada pelo trabalho, à diferença da riqueza feudal, erigida sob direitos de um mundo decadente. O trabalho revela-se, portanto, portador da moralidade do mundo, aquilo que une os interesses mesquinhos da vida cotidiana em um esquema superior que escapa à compreensão imediata, mas que a economia política clássica trata de referenciar a seu momento ético-político.

Discutiremos então alguns dos trabalhos que tratam da origem da economia política em Smith que se fundamentam sob a hipótese de ter sido na obra deste autor que a economia se emancipa das demais áreas do conhecimento, e da filosofia e da política em particular. Ao recusarmos essa hipótese procuramos, sobretudo, recuperar o valor ontológico de sua obra, demonstrar que se foi possível que Smith, mesmo com todas as limitações de sua época e sua posição de classe, chega a vislumbrar aspectos essenciais – e mesmo contraditórios – dos fenômenos que observava, foi por que sua obra foi atravessada o tempo inteiro por uma referência à ideia que tinha do todo, ainda que isto não lhe estivesse claro metodologicamente.

Se posteriormente, já diante do capitalismo maduro e dos embates do proletariado, o princípio do trabalho passasse a representar um problema para a burguesia estabelecida (Kofler, 2010: 231), estamos ainda diante, com Smith, de um momento em que esta classe ainda se encontra em processo de estabelecimento; em sua luta contra o regime de propriedade feudal, a riqueza fundada sobre o trabalho revela-se um princípio universal, fundante de sua moralidade, contra um direito de sangue cuja moralidade funda-se sobre princípios teológicos e sobre a tradição de um mundo em plena dissolução.

Recusando uma leitura reducionista de Smith, procuramos mostrá-lo como um pensador da complexidade, cuja leitura dos fenômenos econômicos, portanto, não pode prescindir de sua concepção do todo. E, inversamente, que a ordem social que constrói tomando o indivíduo como ponto de partida não é harmônica e moralmente justa à custa da complexidade que atribui ao comportamento humano em sua obra de juventude, mas que supera este momento da análise conservando o que havia nele de essencial, com toda a riqueza de suas contradições. O desafio desta seção final é o de aproximar o conceito de simpatia smithiano do de catarse de Gramsci, salvas as devidas particularidades resultantes da enorme distância que os separa.

Resgatando Smith dos livros-textos de História do Pensamento, pretendemos mostrar que a riqueza de sua obra não se curva às linhas retas do pensamento estreito, não se adequa à

modelização, ao culto do faticamente dado; o estudo de História do Pensamento revela-se, deste modo, não mais uma tarefa meramente academicista, buscando no passado a genealogia do presente: a releitura torna-se uma tarefa ativa de produção de novos saberes. Nossa proposta, em suma, é mostrar que o liberal escocês é muito mais que um suposto pai da economia, mas que suas entrelinhas guardam ainda contribuições a serem exploradas não apenas pelos economistas, mas por aqueles que pretendem pôr seu conhecimento ao serviço de uma prática efetivamente transformadora.

Cap. 1 – Economia e dialética

1.1 – O ponto de vista da totalidade

A principal característica de toda reflexão marxista é o princípio da totalidade ¹, sendo certamente este ponto de vista sua maior diferença em relação ao que Lukács (2012 [1923]) chamava de *ciência burguesa*. Antes de prosseguirmos é preciso frisar que conhecemos bem a resistência que esse tipo de adjetivação (de classe) encontra nos meios acadêmicos, geralmente avessos a considerações ideológicas, subjetivas ou inexatas acerca dos objetos submetidos à análise científica. Entretanto insistiremos em seu uso, para desgosto dos defensores do princípio da neutralidade axiológica das ciências sociais, e o fundamentaremos ao longo das seções posteriores. Por hora foquemos na exposição do que entendemos por *ponto de vista da totalidade*.

Coutinho (2008 [1994]: 92) atribui à herança hegeliana de Marx que este compreenda a sociedade como uma totalidade, da qual se destaca a posição ontológica que o momento econômico (a infraestrutura) assumirá em relação à totalidade social, entendida como:

“a articulação sintética entre os processos de dominação da natureza (ou as “forças produtivas”) e o modo pelo qual os homens se relacionam entre si para implementar essa dominação ou seja, com o que chama de “relações de produção”, nas quais têm sua gênese a divisão social do trabalho e, em consequência, a estruturação da sociedade em classes sociais”

Essa totalidade configura-se como uma realidade complexa e articulada, formada por mediações, contradições e processos que devem ser considerados em sua unidade dialética; é possível, entretanto, estabelecer alguma hierarquia entre seus distintos *momentos*, tal como distinguimos acima a posição ontologicamente privilegiada da infraestrutura frente à dinâmica

¹ Existem controvérsias metodológicas dentro do seio da tradição marxista sobre as quais não nos debruçaremos em detalhes, ainda que tangenciem nosso debate. Assumiremos, como Coutinho (2008 [1994]), ser esta a essência de toda crítica marxista e do pensamento marxiano. Daqui pra frente, vale dizer, adotaremos o termo “marxista” em um sentido ampliado, incluindo aí o próprio Marx.

do todo. As estruturas sociais compõem *objetivamente, então*, uma unidade cuja natureza dialética implica que o modo mais correto de compreendê-la *subjetivamente* seja a partir do ponto de vista da totalidade.

“ O método” – escreveu Hegel – “é tão somente o edifício do todo, erguido no que tem de essencial”. Essa formulação concisa e plástica vale inteiramente para a dialética materialista. **Leo Kofler (2010 [1955])**

É justamente essa orientação consciente para a captação do todo – que compreende, mas não se reduz ao materialismo histórico – que distinguirá o marxismo do velho materialismo mecanicista. Kofler (ibidem: 55) chamará a atenção para o perigo que reside em aceitar como “verdadeiros os reflexos rígidos e inadequados dos processos reais, as particularmente chamadas categorias”. A totalidade tomada como imediatez, dirá Mészáros (2013 [1972]) em raciocínio semelhante ao de Kofler, só pode produzir um mito – e um mito perigoso, como devemos aprender com o nazismo – que não representa mais que um postulado vazio. O “todo”, dirão, deverá ser submetido à crítica: tornar-se-á incompatível com a lógica dialética a radicalização¹ do conceito de totalidade que acabe por suprimir da realidade seus momentos em que revelam-se as contradições de seu conteúdo material, tal como suas mediações. O todo, portanto, não pode ser uma referência estática, unívoca e rígida, ou pouca diferença efetiva teria de uma concepção positivista da neutralidade axiomática, mas deverá buscar seus limites (desta totalidade mais restrita) nas exigências que o próprio objeto (ou o problema) imporá, a partir de sua complexidade, à capacidade de apreensão necessariamente fragmentadora do pesquisador. Torna-se, portanto, possível subordinar um *todo* a outro, mais amplo, em um complexo (geral) de complexos (parciais): a totalidade social só existe por e (justamente) nessas mediações multiformes, que relaciona seus momentos de uma maneira dinâmica que também se altera o tempo inteiro. A dificuldade reside em compreender de que modo deve-se abstrair deste ou daquele nível de plenitude, de modo a investigar os nexos internos de um momento particular sem, contudo, ignorar a subordinação dialética deste

¹ “ Radicalização” é o termo utilizado por Mészáros, mas poderíamos considerar uma forma de redução, ou simplificação grosseira, uma vez que o todo não mediado não pode corresponder senão à aparência pobre do faticamente dado, enquanto o método marxista propõe, ao contrário, que o essencial que deve ser investigado, que escapa à apreensão imediata, reside justamente nas mediações capazes de “transcender os detalhes, fragmentos, coisas isoladas” que se apresentam à primeira vista.

momento mais limitado ao mais amplo; a apreensão de um todo amplo pressupõe o conhecimento do restrito e vice-versa: nisto reside o grande desafio epistemológico desta abordagem.

Ainda na linha de raciocínio de Kofler (ibidem: 56 - 59), tomemos finalmente o caso da Economia Política, afinal o centro de nossa questão: n'O Capital (1867) Marx investiga, sem desconsiderar a unidade dialética da totalidade dos fenômenos do capitalismo, os nexos internos dos processos particularmente econômicos da sociedade capitalista; à primeira vista essas relações econômicas aparecem separadas – como que autônomas – das demais esferas. Entretanto, aponta Kofler, é preciso distinguir a “forma da exposição da forma do pensamento”: só é possível para Marx produzir tal obra por que sua investigação emerge de um conhecimento da totalidade que o permite revelar, a partir de seu momento particular, o que há de essencial – e desta forma conectado ao universal – que se esconde por trás da aparência do objeto. Ou seja, “obtem um relativo que expressa o absoluto”, numa relação análoga a que há entre a célula (o todo restrito) e o organismo (a totalidade mais ampla). Enquanto a lógica formal só é capaz de apreender a particularidade compreendida pelo genérico, a dialética busca o absoluto no interior do relativo, a totalidade atravessada em seus momentos.

Para compreender corretamente o método que procuramos expor, a exegese se faz conveniente. Em sua Introdução à crítica da Economia Política (1972 [1857]), Marx faz suas primeiras considerações acerca de seu objeto – a produção material na sociedade capitalista – assim como algumas exigências metodológicas decorrentes da natureza mesma desta investigação em particular. Dá início à sua crítica justamente acusando os Economistas Políticos (Smith e Ricardo, em particular) de não perceberem seu indivíduo produtor – “*que são (..) apenas a ficção estética, de pequenos e grandes Robinsons*” – constituem parte de um todo mais vasto, determinado historicamente, que de modo algum pode ser ignorado para a compreensão da parte. O próprio todo ao qual o indivíduo é referido é histórico: de início se constitui da família, do clã ou da gen; é somente com a sociedade burguesa plenamente estabelecida, no século XVIII, que a sociedade aparecerá ao indivíduo como um meio, externo a ele, para consecução de seus fins privados. Portanto o período que produzira a ideia de indivíduo isolado, “robsoniano”, é precisamente aquela cujo estágio de desenvolvimento particularmente avançado permitirá que o isolamento exista objetivamente. Nas palavras de Marx, então, “o homem é, no sentido mais literal da palavra, um *zoon politikon*, não apenas

um animal social, mas um animal que se só se transforma em indivíduo dentro da sociedade” (id, ibidem: 23. Grifos originais). A *produção em geral*, prossegue Marx, “é uma abstração, mas abstração racional na medida que isola e fixa os aspectos comuns, poupando-nos das repetições”. Na medida em que a investigação avança, ver-se-á que alguns elementos pertencerão a todas as épocas, enquanto outros são comuns a apenas alguma.

Das determinações da *produção em geral*, entretanto, deve-se ter em vista as divergências essenciais entre as particularidades e seu referencial genérico. Marx acusará os economistas de confundirem a realidade particular que observam de imediato com a realidade em geral, o que os leva ao esforço de provarem a natureza e harmonia eternas das condições sociais existentes.

1.2 – A manifestação do todo em uma categoria econômica

Tendo em vista isto tudo, o fato de a exposição de Marx em *O Capital* (2008 [1867]) começar pelo mundo das mercadorias não implica que estas existam por si mesmas ou ainda que as relações entre as faces da dupla natureza do valor represente um movimento fechado em si: tal consideração limitada só pode ser feita de maneira provisória, por meio de uma abstração que só é possível, dirá Kofler (ibidem: 58), por que neste fenômeno particular já é possível observar, ainda que de maneira abstrata, os traços essenciais do movimento do processo total. A mercadoria, portanto, ainda que seja o elemento primeiro e aparentemente mais simples da investigação, não pode ser compreendida como germe da sociedade capitalista sem ser referenciada ao todo. Sua existência enquanto tal (mercadoria) pressupõe uma série de relações específicas de uma sociedade cuja produção não se orienta mais ao consumo direto, mas para a troca (ou para o mercado), que por sua vez engendram e ao mesmo tempo se dão em função de uma progressiva divisão social do trabalho; é por ser (apenas) expressão, nas coisas, de uma forma particular das relações entre os homens que a) o fenômeno necessariamente só pode ser compreendido à luz do movimento geral da sociedade capitalista que, por sua vez, b) só pode ser captada integralmente através da análise das contradições e nexos internos de seus momentos e de suas respectivas categorias, dentre elas a mercadoria. Da mesma forma que para um biólogo é impossível compreender uma célula do corpo humano sem ter em vista sua posição relativa ao organismo e, ao mesmo tempo, entender o organismo é impossível sem o estudo das células. Este é, pois, o sentido da apreensão, do ponto de vista do conhecimento, da mercadoria enquanto expressão reificada de

um processo social vivo e complexo: é, ao mesmo tempo, *coisa* e processo, conteúdo e continente. Desta forma, Marx retornará à mercadoria muitas vezes ao longo de sua exposição a partir de sua análise entre e parte e todo, de modo que a riqueza concreta das contradições dialéticas vai se desenvolvendo ao longo do processo, revelando somente então a essência do todo que se velava sob a aparência de *coisa*, de *parte*.

Se, entretanto, a mercadoria aparece enquanto coisa, ela aparece contraditoriamente também, já no livro I e, portanto, num mesmo nível (elevado) de abstração, como sujeito. Então, se por um lado a mercadoria “coisifica” (reifica) as determinações sociais de produção, ela – por isso mesmo – parecerá o sujeito da forma mercado. Este caráter fetichista da mercadoria será exposto como resultado do processo de subjetivação e atomização do fenômeno econômico, que parecerá então dotado de autonomia na medida em que as relações entre homens se transformam em relações entre coisas e, portanto, um fenômeno supra-humano.

Se a mercadoria não pode ser objetivamente sujeito de seu movimento, o é seu proprietário, cuja vontade reside, por meio da reificação, na mercadoria. O proprietário aliena-se, portanto, na coisa, mas se esse processo só pode se dar por meio da individualização do fenômeno econômico, também só pode se realizar, demonstrará Kofler, na esfera supraindividual, no âmbito do mercado. É no mercado que, contraditoriamente, o indivíduo será soberano de si, livre das relações feudais estratificadas, mas ao mesmo tempo alienado de sua vontade, uma vez que esta “mora nas coisas” e age em uma esfera – o mercado – cujo movimento não dirige.

É por isto, então, que este modo de produção particular demanda, do interior de seu movimento, uma superestrutura nova que se imponha sobre o conjunto das relações sociais de modo a construir uma legalidade compatível com uma realidade em que as relações entre homens já aparecem objetivamente reificadas antes mesmo da conquista do poder formal por parte da burguesia que ascende como classe dominante e da subsequente supressão das formas de sociabilidade pré-burguesas. A nova ordem, apesar de escancaradamente histórica, se faz natural justamente pela aparência sobre-humana do fenômeno – econômico – sobre o qual se funda, e deste modo a atividade humana adquire por sua vez uma aparência casual, sujeita a forças externas e deste modo o processo de reificação se retroalimenta, adquirindo vigor e conferindo ao processo geral – objetivamente histórico e dialético – a inflexibilidade típica de uma lei natural. Desta maneira começamos a entender um pouco melhor o modo pelo qual

relacionamos uma totalidade restrita, o fenômeno da reificação e subjetivação presentes na mercadoria, a uma totalidade mais ampla que compreende a contradição mediada entre o momento econômico e o movimento das relações sociais supraeconômicas (como, por exemplo, as formas jurídicas) e desta maneira de que modo as condições materiais engendrarão as necessidades formais deste modo de produção emergente, vale dizer, revelando a posição ontológica do econômico frente à totalidade. Fica claro, sobretudo, que este modo de apreender o fenômeno descrito correrá facilmente o risco de se tornar mero reducionismo mecanicista (o chamado economicismo, do qual os marxistas não são imunes) se tomados os momentos por totalidades não mediadas.

O mesmo movimento que fizemos ao analisar a mercadoria pode ser feito para quaisquer outras categorias. Na mercadoria podemos verificar processos contraditórios entre si, cujas formas não mediadas são, ao mesmo tempo, subjetivamente formas de falso reflexo do real concreto (*das real*), mas objetivamente necessidades concretas da práxis capitalista cuja essência contraditória buscamos revelar. Sempre que, então, pudermos observar fenômenos que exibem tal manifestação dual mediada pelas contradições dialéticas da realidade falaremos em categorias. Tal como no caso da mercadoria, buscaremos revelar nas demais categorias os caminhos através dos quais o ser econômico engendrará seu ser ideológico. As categorias são, portanto, “formas objetivas de pensamento”, uma vez que cumprem objetivamente a função de suporte ideológico para a prática concreta, mas não serão de modo algum formas conceptuais objetivas no sentido de refletirem fielmente a realidade (Kofler, *ibidem*: 69). Ora, se as categorias são objetivas apenas como forma de pensamento e se dizemos que estas formas de pensamentos devem ser validadas socialmente através da práxis, as categorias não possuem, de modo algum, autonomia frente às leis gerais do desenvolvimento, embora apareçam às consciências sociais às quais pertencem como formas naturais, tal como a mercadoria aparecerá à economia política burguesa como uma força da natureza.

1.3 – Economia Política e consciência de classe

Como formas de pensamento, as categorias não surgem do nada, do espírito iluminado. Possuem uma base material, se produzem a partir de determinado ponto de vista e compõem o quadro geral de uma determinada consciência. São, para Marx (1972 [1857]), *determinações da existência*, ou, como destacará Lukács em sua leitura, um momento da prática social. Nas

palavras de Engels: “*Tudo o que mobiliza o homem tem, obrigatoriamente, que passar pelo seu cérebro – inclusive o comer e o beber*” (apud Kofler, *ibidem*: 109). Mesmo atividades de natureza fisiológica, e portanto necessidades naturais, não escapam ao caráter teleológico da atividade humana. Deste modo, por mais que o homem sempre tenha comido e bebido, não o fez sempre do mesmo modo e, por mais que não seja necessário elaborar nenhuma teoria acerca do processo de comer e beber, reproduz mentalmente a atividade prática antes mesmo de realizá-la. Chamamos *práxis* à unidade que é a atividade e a ideia que se faz dela, o ser a consciência de si. Já o conhecimento científico diferencia-se do conhecimento imediato pois, apesar de partir desta mesma estrutura, é fruto da divisão do trabalho e portanto:

“A partir deste momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc. puras.” MARX, 2008 [1846].

O desenvolvimento das forças produtivas intensifica a divisão social do trabalho e, deste modo, não só a atividade prática torna-se fragmentada como a ideia que se faz dela. Não é de se estranhar, portanto, que o tempo histórico que produzirá a primeira divisão no interior do conhecimento, fragmentando a universidade nas grandes cadeiras da Filosofia, Teologia e Direito, corresponde a uma etapa anterior ao processo que culminará na revolução técnico-científica moderna. O mundo moderno que nasce da práxis burguesa emergente exige um conhecimento de si especializado que dê conta não apenas da fragmentação da vida prática, como também resolva os novos conflitos que aparecerão no seio desta. É neste movimento que se insere o surgimento das ciências sociais particulares, dentre as quais a economia política clássica, e é por ser inseparável do mundo prático que nasce da dissolução progressiva das relações pré-capitalistas que chamaremos esse conhecimento especializado de ciência burguesa.

Coutinho (*ibidem*: 96 - 97) afirma que Lukács atribui esta divisão científica do trabalho à decadência ideológica que acompanha a consciência burguesa em sua fase pós-revolucionária, à cada vez mais incontestável posição enquanto classe dominante. A esta nova posição Lukács atribui à preferência por uma análise reificada do fenômeno social, em detrimento das abordagens que até então buscavam uma compreensão articulada em um todo geral, abordagem que teria tido seu último grande representante no seio do pensamento burguês em Hegel. Coutinho considera essa afirmação essencialmente correta, embora eclipse

um outro aspecto também real da especialização que é a natureza cada vez mais complexa que o fenômeno social apresentará, que exigirá do cientista uma abordagem cada vez mais setorial para dar conta dos nexos internos dos momentos da totalidade que, de tão complexos, passam a assumir a aparência de totalidades em si mesmas; se a autonomia relativa destes momentos é apenas aparente, é objetivo o fenômeno que os torna subjetivamente autônomos e, portanto, a autonomia relativa não deixa de ter, neste sentido, um referencial concreto.

Contudo, embora a crítica de Coutinho certamente valha para o jovem Lukács de “História e Consciência de Classe”, como também aponta Löwy (2009 [1987]), ela é perfeitamente compatível com o próprio Lukács em seus escritos ontológicos do fim de sua vida. Sem necessariamente atribuir a Lukács aquele tipo de corte epistemológico althusseriano (autor jovem x autor maduro), é possível ver neste autor um verdadeiro amadurecimento intelectual que o leva a superar, conservando (*aufhebung*), suas posições de juventude: em 1923 dava à condição de classe uma posição central dentre as determinações para os limites objetivos à apreensão da realidade, atribuindo à burguesia não apenas uma posição inferior do ponto de vista do acesso à essência da totalidade como também um movimento de ser sujeito do próprio velamento da realidade concreta, como se no processo de tomada de consciência o ser cognoscente se recusasse a ir além dos limites do conhecimento que se tornasse contraditório com sua própria atividade objetiva, que tornasse sua práxis impraticável. Já em seus últimos escritos Lukács parece valorizar, sem desconsiderar totalmente suas primeiras considerações, outras determinações do processo, o que é perfeitamente condizente com sua própria experiência enquanto teórico e político e as críticas que sofrera no interior do campo do marxismo. Mészáros (2013 [1972]: 69: nota de rodapé) lembra que Lukács em 1924 foi atacado duramente por Zinoviev por suas posições defendidas em “História e Consciência de Classe”. A posição dos stalinistas de então era de que os intelectuais, idealistas e alheios às necessidades da *realpolitik*, não poderiam trazer senão influências revisionistas ao seio do movimento comunista internacional. Zinoviev inaugura neste discurso o sentido pejorativo de “professor”, que após esta acusação passa a ser usado em outros expurgos políticos, como acontecerá também com Bukharin e muitas outras vítimas do stalinismo (id, 2011 [1994]: 475). Resignado, Lukács abandona seus projetos políticos e atribui à dualidade efetiva entre teoria e prática política à “ampliação de tarefas”, nas palavras de Mészáros (2013: 69): “A *resignação se torna agora uma virtude mistificada pela afirmação de sua suposta necessidade*”. Ironicamente, se esta posição [mistificada] de Lukács aparentemente esconde também um processo [real] de recuo ideológico no seio da III

Internacional, ela também pode ser lida como uma revisão crítica (pertinente) de suas considerações determinísticas de juventude, uma vez que, se à práxis revolucionária se impunham tarefas de tal ordem e complexidade que o militante sem foco jamais seria capaz de dar conta, o que se dirá da manutenção da ordem econômica capitalista como um todo? Não é difícil tirar conclusões semelhantes em relação às especializações acerca da divisão intelectual do trabalho.

1.4 – Catarse e a práxis criadora

Nesta seção expomos a interpretação de Coutinho, em seu supracitado ensaio (2008 [1994]), acerca do “resgate gramsciano da crítica ontológica de Marx” e, em particular, suas implicações para o tratamento necessariamente multidisciplinar do fenômeno econômico.

Se Gramsci não é uma referência comum em artigos sobre economia, mesmo em trabalhos de tendência marxista, decerto não é inapropriado dizer que, das ciências sociais particulares, é o campo da economia que Gramsci menos desenvolveu, dando relativamente poucas contribuições a este campo, especialmente se tomado *strictu senso*. Contudo há de se distinguir, como assinalamos sempre, o método de exposição da forma do pensamento: se a esfera econômica dos fenômenos sociais aparece preterida na obra deste autor, é por que este dava por feita a crítica marxista à economia política, aceitando integralmente os resultados dos trabalhos de Marx e posteriormente aqueles de Lênin que tratavam da nova fase imperialista do capitalismo. Logo, podemos considerar coerente que Gramsci se empenhe em, a partir de um referencial histórico-ontológico tomado de seus predecessores, ampliar os horizontes desta crítica a novos âmbitos da totalidade social. Além da crítica às categorias econômicas já ter sido bem desenvolvida então, este já deixava de ser o “centro de articulação do pensamento burguês, como o fora em sua fase de ascensão revolucionária”.

Então, se a economia receberá escassas contribuições de Gramsci¹, isto não acontece em detrimento da importância desta esfera da realidade social em relação ao conjunto das determinações do movimento histórico, mas será Gramsci quem fará a crítica da sociologia resgatando de Marx o sentido dialético do papel da infraestrutura, em sua crítica ao

¹ Coutinho cita seu famoso “Americanismo e fordismo” e suas considerações acerca do fascismo como suas principais contribuições, ainda que de modo algum tratem de fenômenos estritamente econômicos, mas das novas formas de intervenção do Estado na economia, do fenômeno político-econômico.

materialismo histórico mecanicista. Em sua crítica a Bukharin o acusa de subestimar o papel do sujeito na construção dos processos sociais, supervalorizando as estruturas numa relação determinística do movimento histórico nos quais os fatos aconteceriam independentemente das vontades e da consciência do homem. Gramsci considerava equivocada esta leitura, típica do marxismo vulgar não dialético, assumindo por sua vez que a vida social não prescinde da consciência, mas é produto da ação de sujeitos (que se difere substancialmente da ideia de indivíduo) e, desta maneira, a objetividade social tem por determinantes-chave a vontade e a consciência destes sujeitos. E por objetividade social entendemos aí, sobretudo, as relações sociais, mesmo aquelas reificadas que, como já trabalhamos, assumem no nível da aparência uma existência descolada (autônoma) das demais determinações.

Ora, a atividade econômica possui uma particularidade que a distingue das demais esferas da vida humana, que é se orientar necessariamente, através do trabalho (teleológico) para objetos da natureza, mas não é nenhuma característica intrínseca a estes que determinará o modo que se dá a relação entre homem e natureza, mas a relação que os homens estabelecerão entre si na produção social da vida e o estágio correspondente do desenvolvimento de suas forças produtivas. O modo que se dá a incorporação, na vida social, dos elementos da natureza e sua forma de socialização (ou distribuição) é necessariamente produto de um mundo consciente, compreendido pela dialética da práxis, que distingue o mundo dos homens dos demais gêneros animais, do mundo natural: o trabalho humano incide sobre a natureza, assim como sobre os homens, inaugurando na vida social um desafio epistemológico que a distingue da apreensão, pelos homens, do mundo natural.

É da dialética da práxis (ser – consciência de si) que emergirá em Gramsci a centralidade da política, tão facilmente reconhecível em sua obra: para ele “tudo é política, seja a filosofia, a cultura em geral, etc.”. Para além da *política* em seu sentido estrito, dirá Coutinho, é no conceito gramsciano de *catarse* que a política se expressará em seu sentido amplo, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, ou seja, a passagem do momento egoístico-passional (econômico) para o ético-político, do objetivo para o subjetivo, do reino da necessidade para o da liberdade. É de sua superação, então, que de força externa que o esmaga a estrutura econômica se torna para o homem meio de liberdade; se torna instrumento para, a partir de complexos de estruturas-superestruturas precedentes, criar novas realidades ético-políticas, em origem de novas transformações. A partir de sua apreensão, portanto, o que aparecia opressivamente como formas naturais cristalizadas faz-se germe de sua própria transformação, fazendo do homem, outrora elemento

passivo, sujeito.

A catarse é então o momento em que o homem afirma sua liberdade frente às estruturas (em particular, mas não somente, as econômicas), revelando que embora seja condicionado por estas, utiliza o conhecimento que tem delas para criar novas estruturas e com estas novas iniciativas. O político revela-se, através desta concepção de catarse, da dimensão criativa da práxis e, através dela, atravessa todos os momentos da totalidade. A práxis, então, não apenas reitera as estruturas anteriores, condicionando os homens à reprodução, mas também as dissolve, criando novas estruturas.

Em suma, Gramsci não é um politólogo (ou politicista, no dizer de Coutinho), ao menos não o é no mesmo sentido que Marx (ou qualquer marxista) jamais será economista. Se na crítica à economia política de Marx a política revelava-se através da análise desmistificadora da aparência reificada dos fenômenos, em Gramsci vemos o outro lado da dualidade: o econômico se revela sob a forma de estruturas subjetivadas. Do ponto de vista do entendimento, entretanto, a existência dessas estruturas enquanto sujeitos é tão concreta quanto um Deus que, mesmo que não exista no plano da ontologia da natureza, será uma verdade socialmente concreta na medida em que um número considerável de pessoas assim o creia e que esta crença seja fundamento de novas determinações concretas. Do mesmo modo a consciência social não é um epifenômeno: engendrada no seio das relações concretas, passa a ser ela um fator decisivo na construção da vida social. A orientação do movimento da consciência no sentido do ponto de vista da totalidade faz-se fundamental para que o homem seja capaz de transmutar sua práxis reiterativa em seu momento de criação, qual seja seu momento de liberdade, quando faz-se sujeito da própria história. Quando revelamos a dimensão histórica das estruturas, nada mais parece impossível de mudar.

Cap. 2 – Relendo Adam Smith

2.1 – A controvérsia da paternidade

Um pesquisador da História do Pensamento Econômico que estabeleça no ano de 1776 o nascimento da Economia Política dificilmente receberá críticas muito severas, tal é o reconhecimento de que a publicação de *A Riqueza das Nações* é, ao menos, um de seus marcos mais importantes.

Isto não significa que não haja quaisquer divergências acerca dos critérios que estabelecem o surgimento deste campo particular do conhecimento: haverá aqueles, dentre os quais Schumpeter (apud Cerqueira, 2004), que identificarão nos tratados de direito e de teologia moral escritos pelos escolásticos entre os séculos XIV e XVII a primeira vez em que a economia aparecerá como uma esfera da vida humana separada das demais. Muitos reivindicam para os mercantilistas a originalidade de um discurso propriamente econômico, quase 200 anos antes de nosso liberal escocês. Todavia pouco nos interessaria este debate fosse simplesmente uma questão de mera formalidade historiográfica, afinal:

No estudo das categorias econômicas, como no caso de todas as ciências históricas e sociais, deve-se ter sempre em mente que, como ocorre na realidade, bem como na nossa mente, o tema, no caso a moderna sociedade burguesa, é suposto e que as categorias são, por conseguinte, apenas formas de expressão, manifestações da existência e, frequentemente, apenas aspectos unilaterais da sociedade definida, e que, por conseguinte, a origem da [Economia Política] *como ciência* em hipótese alguma data à época à qual se refere, *como tal*. MARX (1972 [1857]).

Entretanto podemos ver que a preocupação de Schumpeter é identificar quando é que o *econômico* assume uma existência definida, separada das demais esferas da realidade. O projeto da economia aparece aqui como que orientado para sua progressiva autonomia. Esta visão estreita acerca do que *pode ser* a ciência econômica é surpreendentemente semelhante à que leva mesmo grandes marxistas a negarem que Marx tenha sido, inclusivamente, economista, uma vez que sua abordagem dialética é incompatível com o particionamento da construção do saber, como já discutimos anteriormente.

Cerqueira acusa Schumpeter de possuir uma visão anacrônica dos escolásticos,

atribuindo a estes um ponto de vista que não o deles: o econômico. Defende então o argumento de Dumont de que o nascimento de uma disciplina específica requer não apenas um corpo conceitual próprio, mas um modo particular de enfocá-los; o mesmo raciocínio se aplicaria aos mercantilistas, cujos trabalhos não teriam sentido descolados da esfera política, fora do ponto de vista da organização do Estado. Dumont buscaria, portanto, o momento em que pela primeira vez seria possível identificar um discurso positivo e autônomo, separado tanto do trabalho prático quanto das demais esferas do saber e, portanto, Cerqueira acertadamente afirma que as condições objetivas para o aparecimento de um discurso com tais características só poderia remontar ao surgimento das economias de mercado, época em que, como já vimos, observa-se em estágios avançados os fenômenos da divisão do trabalho (que avança também sobre o trabalho intelectual) e da reificação, permitindo finalmente o surgimento de uma ciência que estudará os fenômenos prisioneiros de sua aparência.

Entretanto sabemos que a existência das condições objetivas para o surgimento de um fenômeno qualquer apenas o torna possível, e de fato se havia algum lugar, no século XVIII, em que o surgimento desta disciplina era uma potência, este era a sociedade britânica, aquela cujas forças produtivas alcançavam o mais alto grau de desenvolvimento, e a mesma que já no século XVII já estabelecera formas avançadas de controle do poder público. É nesta sociedade que as esferas pública e privada já apareciam não apenas formalmente separadas, mas que já pareciam sujeitos dotados de interesses distinguíveis pelo “homem prático” (não acadêmico), vale dizer, o mercador, o manufactureiro, etc... e certamente isso permitirá que o pensamento de Adam Smith esteja erigido sob um ponto de vista especialmente privilegiado em relação a seus precursores e contemporâneos continentais. Mas será que existe uma identidade entre o Smith real e as leituras posteriores que fazem dele “pai da economia”? Dito mais claramente: é possível identificar na obra de Smith esse aspecto que emancipa o discurso econômico das demais áreas do saber?

Antes, contudo, de investigar em que sentido o horizonte de Smith era particularmente interessante, retrocedamos um pouco na história das ideias e acompanhemos o movimento que sugere Marx em sua “história crítica do pensamento econômico”¹ (1980 [1863]), que

¹ Subtítulo de seu Teorias da Mais-Valia, editado e publicado pela primeira vez por Kautsky em 1905, vinte e dois anos após a morte de Marx. A obra é na realidade uma seleção de textos extraídos de um imenso manuscrito escrito entre 1861 e 1863 (Nota do tradutor, In: MARX, Karl, 1980, p.10). Preferimos nos referir,

escreve preocupado em saber como e por quem foi expresso, pela primeira vez, um pensamento econômico emergido do processo histórico (id, ibidem: p.9). Ao analisar criticamente os economistas, Marx esboça os fundamentos de sua própria teoria que organizará em seus estudos posteriores. Neste trabalho, contudo, em sua investigação acerca das origens do pensamento econômico, Marx não parece buscar esse elemento que emanciparia o estudo de uma esfera autônoma. Parece ter, então, outros critérios para delimitar seu objeto. Uma pista para responder a esta questão se encontra no título que veio a ter essa compilação de textos: “Teorias da Mais-Valia”. Seu capítulo I, sobre Sir James Steuart (p. 15), começa por explicar o que o distingue de seus predecessores:

Antes dos fisiocratas explicava-se a mais-valia, ou melhor, o lucro prisioneiro de sua forma, apenas pela troca, pela venda da mercadoria acima do valor. Sir James Steuart, embora não supere, de modo geral, essa ideia estreita, deve ser considerado o economista que a formula cientificamente. Digo “cientificamente”.

Mais adiante prossegue sua dissertação acerca das distinções que J. Steuart faz das formas do lucro, em que conclui que a verdadeira contribuição do autor, “expressão *racional* do sistema monetário e do sistema mercantil” (grifos no original), consiste em ter mostrado como sucede o processo de dissociação entre as condições de produção e a força de trabalho, processo que Steuart considera, apesar de não formulá-lo na qualidade de *gerador de capital*, pré-condição para a grande indústria.

Logo no princípio do capítulo seguinte, sobre os fisiocratas (p. 19), Marx enuncia:

A análise do *capital*, dentro do horizonte burguês, coube essencialmente aos fisiocratas. Essa contribuição faz deles os verdadeiros pais da economia moderna. Primeiro, analisaram os diversos elementos materiais em que tem existência ou se decompõe o capital durante o processo de trabalho.

Não pretendemos, é bom frisar, extrair daqui qualquer conclusão sobre uma suposta data de nascimento para nossa ciência. A questão aqui, repetimos, é extrair dos autores que trataram do tema os critérios que delimitam nosso objeto. Para Marx, está claro: a Economia Política é a análise científica do capital e dos elementos materiais em que consiste, em sua

mesmo que imprecisamente, à data em que os textos foram originalmente concebidos, afinal uma informação mais relevante que a data da primeira edição.

decomposição e no movimento de seus nexos internos. No tomo primeiro do *Capital*, coloca da seguinte maneira:

“(...) no meu entender, economia política clássica é toda a economia que, desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar, que trata apenas das relações aparentes, rumina, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as ideias banais, presunçosas, dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos.” MARX (2008 [1867]: 103)

Voltando aos fisiocratas, se para eles os elementos materiais aparecem genericamente como elementos do processo de trabalho, *dissociados da forma social* e deste modo erigem-se como *formas naturais* (cujas leis de movimento, portanto, podem ser estudadas como leis naturais), Marx não vê nisto a qualidade fundante de uma nova disciplina nem, muito menos, seu mérito. Ainda que reconheça nos fisiocratas o grande mérito de considerarem tais formas como fisiológicas da sociedade, qual seja, “formas oriundas da necessidade natural da própria produção, independentes da vontade, da política, etc.”, considera seu maior pecado terem tomado por lei abstrata e universal (a todas as formas sociais) a lei material de um estágio sócio-histórico particular. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a esfera econômica não é um domínio autônomo na ontologia de Marx, o que significa que, para que considere o mérito que expusemos acima, o sentido da independência (frente ao político) deve ser entendido numa perspectiva mais imediata, ou seja, que se trata de entender que as necessidades que emergem de um modo de produção terão uma dinâmica e um movimento próprio que independe da vontade dos indivíduos, da legislação, da vontade do soberano, o que não significa que as relações de produção em si sejam fruto do acaso, ideologicamente neutras ou isentas da vontade de grupos de interesse.

O sentido da contribuição dos fisiocratas que garante seu lugar no seleto grupo dos economistas políticos (em oposição aos vulgares, no dizer marxiano) nada tem a ver com fundamentos ontologicamente independentes de um novo departamento do saber, mas com o passo que dão, ainda que incompleto, em direção ao desvelamento da essência da riqueza. Sua origem agrária, contudo, Marx atribui a um verdadeiro processo de “aburguesamento do feudalismo” francês (id, 1980 [1863]: 25). Maiores esclarecimentos tiramos dos Manuscritos econômico-filosóficos (2010 [1844]: 101), donde situa Quesnay como “a transição do sistema

mercantilista para Adam Smith” e prossegue:

A fisiocracia é, de modo imediato, a dissolução nacional-econômica da propriedade feudal, mas, precisamente por isso, é, de modo imediato, a transformação nacional-econômica, a recomposição (Wiederherstellung) da mesma, agora com uma linguagem que se torna econômica, e não mais feudal. Toda riqueza é resolvida na terra e no cultivo da terra; (agricultura) a terra não é ainda capital, ela é ainda um modo particular de existência do mesmo, que deve vale em sua e pela sua particularidade universal (...).

É por isso que os mercantilistas são capazes de ver no trabalho a essência subjetiva da riqueza, porém não é capaz de apreendê-lo em sua universalidade e abstração, pois este ainda está ainda determinado como matéria de um elemento natural particular, a terra, e por isso só o trabalho sobre a terra é entendido como produtivo: o elemento universal-natural do sistema, ao passo que para o mercantilismo este é a riqueza metálica. A contradição deste mundo é reconhecer na agricultura não somente uma forma da indústria, mas sua única forma produtiva, ou seja, é um mundo de relações objetivamente burguesas que insiste em afirmar-se feudal ou, ainda, é uma contradição entre duas formas de propriedade que não apenas coexistem como são ainda uma unidade mediada por uma práxis que compreende uma aristocracia que se submete a um padrão de acumulação essencialmente burguês.

O elemento mais notável desta última passagem destacada, entretanto, é a oposição que faz entre os termos “*econômica*” e “*feudal*”. Não significa que não exista economia pré-capitalista, mas que a manifestação, a nível de discurso, da categoria econômica só se dá num horizonte de análise burguês, ainda que, no caso de Marx, sob uma perspectiva crítica.

2.2 – A síntese smithiana

Não será por acaso que é na Inglaterra, país onde “preponderam a indústria, o comércio e a atividade marítima”, que será possível perceber que “o produto só adquire valor, só se torna mercadoria, quando configura trabalho social geral, quando se expressa em dinheiro”. Por este motivo é que em Steuart o que importa é o lucro relativo, o lucro de alienação, realizado na esfera da circulação.

Do mesmo modo é na Inglaterra que a investigação acerca do excedente se deslocará da agricultura para a “moderna indústria”, finalmente apreendida como capital em geral, assim

como o trabalho que é exercido sob esta forma de propriedade poderá ser apreendido como trabalho em geral, em sua “completa absolutidade¹” (ou seja, em um nível de abstração superior), finalmente como essência universal da riqueza. Este é o passo que dará Adam Smith em relação aos fisiocratas, ainda que não seja capaz de reconhecer a propriedade privada como estado exterior ao homem, mas como uma relação natural que estabelece com seus pares (Marx, 2010 [1844]).

Entretanto a contribuição de Smith não se encerra em sua teoria do valor²; nem mesmo é esta a chave para compreendermos sua posição de destaque perante os demais economistas que o precederam. O que foi concebido em 1776 como *A Riqueza das Nações* (RN) é uma solução, na forma de um grande tratado, a um dos maiores desafios teóricos da humanidade, a explicação da ordem social em sua emergência e manutenção, sem recorrer à explicação divina (Ganem, 2012). Nossa questão é *como* o faz: chamamos “*síntese smithiana*” para destacarmos, das entrelinhas do discurso que compõe a RN, os múltiplos diálogos que ali se encontram amarrados - de maneira absolutamente original - atravessando séculos e condensando um grande debate que se cristaliza nesta obra na posição de palavra final. Não se trata, entretanto, de esgotar esta questão, que já fora trabalhada à exaustão por diversos autores, dentre os quais destacamos³ Ganem (2012), Bianchi (1988), Cerqueira (2004), Chalfin Coutinho (1993). Um debate que bebe das mesmas fontes é aquele que a Escola Histórica Alemã chamou de *Das Adam Smith Problem*, acerca da unidade ou ruptura que haveria entre a Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) e a RN. Nosso objetivo ao pontuar aspectos de Smith retirados destes debates é demonstrar que ao nosso autor, assim como para todos os filósofos da modernidade, a subordinação a uma totalidade fora imprescindível mesmo nos momentos mais claramente particulares de sua obra.

¹ Do alemão “*absolutheit*”. Nos *Manuscritos* Marx identifica completa absolutidade ao máximo nível de abstração, condição necessária para que o trabalho seja “elevado a princípio” e que a riqueza seja reconhecida não apenas em sua forma particular, a renda da terra, mas que seja reconhecida sua “*essência universal*”, produto do trabalho em geral. MARX, Karl (2010 [1844]: 101).

² Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema da teoria do valor smithiana e sobre a leitura desta por Marx, ver CARCANHOLO (2012).

³ Destacam-se estes por terem sido fonte primária para este trabalho. Por sua vez citam como referências: Dumont (1977), Hirschman (1977), Rosanvallon (1979), Vidonne (1986), Dupuy (1992), Defalvard (1995), Redman (1997), Zanine (1997), entre outros.

Dito mais sucintamente, Smith jamais deixou de ser um filósofo moral. À ordem que buscava explicar demonstrando-a naturalmente harmônica, não bastava existir: precisava ser moralmente aceitável, pautada sobre uma ética, orientar-se para o bem-estar coletivo. Precisava *justificar*, sobre si mesma, sua própria existência; nesse sentido Smith é um autêntico moderno, ao buscar no interior do seu objeto as determinações para explicá-lo, recusando recorrer a exterioridades, divinas ou terrenas. Neste movimento que coloca o homem no centro da explicação da sociedade, o faz através da busca, no particular, do que haveria de universal. No caso, é na apreensão do trabalho – enquanto universal abstrato – como a essência subjetiva da propriedade privada, Smith completa o movimento antropocêntrico de universalização do homem que caracteriza a revolução científica moderna. Na economia nacional de Smith a propriedade torna-se, desta forma, *sujeito*, atividade *para si*, mas o faz incorporada ao próprio homem, e não como forma externa a ele, como vê Marx (Mészáros, 2013 [1972]), e é através disto que a economia substitui o direito como *locus* do debate acerca da ordem social. A Locke atribuímos este elemento central do antropocentrismo smithiano, que havia postulado sobre o direito de propriedade como extensão do direito à vida, direito fundante do Estado (e não o contrário). É o liberalismo de Locke, portanto, que liberta Smith de Hobbes, para que pudesse formular uma teoria do mercado sem se pautar pelo contrato social, superando-o.

De Maquiavel herda seu ponto de partida: o *homem como realmente é*. Ao passo que liberta seu indivíduo das formas ideais da cosmologia teocêntrica e do apriorismo cartesiano, submete deste modo seu conhecimento ao crivo da realidade histórica, assim como será a historicidade que estabelecerá o vínculo ético da verdade apreendida. Mas o que seria este “*homem como ele realmente é*”? O que Smith busca na caracterização de seu indivíduo é aquilo que tem de universal, essencial, sua natureza. Seu conceito de *ordem natural* deriva diretamente de seu homem natural, que, veremos, nada que tem a ver com a figura ideal emergida do estado de natureza hobbesiano. Do mesmo modo que Marx se vale da noção de “natural” ora como adjetivo pejorativo – para atacar Smith, por exemplo – ora no sentido de atribuir movimento autônomo, independente da vontade, não artificial para um fenômeno qualquer, assim procede nosso liberal escocês sem, entretanto, reduzir-se ao mesmo tipo de idealismo típico da filosofia apriorística, axiomática, incapaz de compreender uma natureza em movimento.

Deixemos, por hora, nosso autor falar, destacando dele passagens de sua Riqueza das Nações. No capítulo primeiro de seu quinto volume, após longa exposição acerca dos efeitos

do desenvolvimento técnico e do aprofundamento da divisão social do trabalho sobre o tempo livre dos homens em diferentes povos e suas consequências para a aptidão destes para as artes da guerra, Smith (p. 885) escreve:

(...) mas o último (o artífice ou o manufator) não pode empregar uma única hora nessas atividades (exercícios militares) sem ser prejudicado, razão por que o cuidado de seus interesses particulares o leva a negligenciá-las inteiramente.

E conclui:

Uma nação industriosa, e por isso mesmo rica, é de todas as nações a que tem maior probabilidade de sofrer ataques; e, salvo se o Estado tomar algumas medidas inéditas com relação à defesa pública, os hábitos **naturais** do povo o tornam completamente incapaz de se defender.

Ora, se neste capítulo trata Smith justamente das transformações dos hábitos de diferentes povos frente ao desenvolvimento técnico, como pode terminar por se referir a uma manifestação particular - historicamente determinada – destes hábitos por “hábitos naturais do povo”? Só seria coerente se o sentido de natural nesta passagem fosse entendido como “essência ou condição própria de um ser ou uma coisa” e, ainda, que não seja necessariamente uma condição inata ou carente de história, mas própria de um ser dotado de historicidade. Esta interpretação é coerente com a tradição empirista de Smith, ainda que tomá-lo por um materialista-histórico seria no mínimo anacrônico. O que percebemos é que quando Smith toma um fenômeno por natural não defende necessariamente, à moda dos modelos axiomáticos, uma interpretação estática, a-histórica do fenômeno; os interlocutores contra os quais o conceito de natural debate são as tradições que buscavam fora do objeto – e não em seu interior, na sua *natureza* (ou *essência*) – as determinações para a explicação de seu movimento, sejam estas de origem divina (explicação teológica) ou política (explicação contratualista). Então, do mesmo modo que os *hábitos naturais do povo* devem ter uma explicação no interior de sua própria história, também a *ordem natural* deve ter determinações próprias, prescindindo de qualquer sujeito externo a si: tal como o físico investiga no interior de seu objeto as forças que o movem.

Tendo isto em mente, voltemos ao indivíduo sobre qual se ergue o constructo smithiano. Em seu artigo de 2002, Ganem atribui à tradição empirista de Smith o fino acabamento que este é capaz de dar à sua análise do comportamento humano. Resgata então uma dualidade presente na TSM que terá importantes desdobramentos para sua RN: é a partir

da *experiência* que ao sujeito smithiano torna-se possível o exercício da *imaginação*. Ganem então destaca a seguinte passagem:

A imaginação permite nos colocarmos na posição do outro, padecer de seus sofrimentos, entrar por assim dizer em seu corpo e chegar a ser, em alguma medida, uma única pessoa, formando assim uma ideia de suas sensações, sentindo algo parecido, embora de intensidade menor. SMITH, TSM: 50.

A troca de papéis proporcionada pela imaginação – que só é possível, efetivamente, através da vivência, da vida prática – é o elemento que funcionará como mediação entre o indivíduo particular e o homem universal, se constituindo como o modo através do qual Smith conseguirá construir, na RN, uma teoria sobre o homem em geral sem, contudo, reduzi-lo axiomáticamente a uma forma (ou fôrma) ideal que identificasse elemento universal e uma manifestação singular, o que o afastaria de suas raízes empiristas. Muitos autores recorrem à alegoria teatral para ler esta faceta da TSM, dentre os quais Ganem destaca Marshall¹, que transforma toda a TSM em um grande palco onde as pessoas manifestarão suas angústias sob *o olhar do outro*. Cada participante torna-se, necessariamente, um duplo em sua unidade: ator e espectador. O ator age, sofre, sente, vivencia, enquanto o espectador observa e julga. O interessante é que ao mesmo tempo em que a experiência permite esta duplicidade, através da imaginação, ela permite mesmo a supressão do espectador na posição de terceira pessoa: quando este não existe o próprio ator ocupa sua posição e, através da imaginação, observa como este faria e “*encarna as normas sociais vigentes*”. Ao investigar os desejos e os sentimentos morais, Smith se depara com um homem complexo e imprescindivelmente social: “o homem não vive isolado, o homem está constantemente frente a um espelho”. Talvez não seja grosseiro afirmar que Smith estivesse próximo de formular que:

O homem é, no mais literal sentido da palavra, um *zoon politikon*, não apenas um animal social, mas um animal que só se transforma em indivíduo dentro da sociedade – algo que talvez ocorra excepcionalmente ao homem civilizado que por acidente se veja perdido nas selvas e já possua, dinamicamente atuantes dentro de si, as forças sociais – é um absurdo tão grande como a ideia do desenvolvimento da linguagem sem a vida e a conversação comum entre as pessoas. MARX (1972 [1857]: 23).

¹ Professor de literatura de Yale. O trabalho ao qual se refere, de 1984, chama-se: *Adam Smith and Theatrically of Moral Sentiments*.

Ao desvelar, do homem, sua incompletude, a necessidade intrínseca do outro, Smith incorpora a intersubjetividade como um elemento central para a apreensão do todo social que, afinal, já se manifesta “atravessado em suas partes”, na forma de uma sociabilidade que esse papel necessariamente duplo faz emergir dos sentimentos morais e que serão, então, a essência subjetiva das regras morais, reguladoras dos processos sociais. Esse sujeito smithiano parece, lido desta maneira, bem distante do homem econômico racional que microfundamentará a ordem neoclássica; indivíduo em seu sentido radical, como ser indivisível, o agente atomizado e isolado cuja racionalidade mecanicamente consistente o torna um autômato previsível é inconciliável com o complexo homem smithiano. Certamente se aproxima mais do *zoon politikon* que, mesmo só, leva latentes, dentro de si, as forças sociais.

A alegoria teatral, entretanto, estaria incompleta sem a recuperação do conceito de *catarse*. Não foi, contudo, Gramsci o primeiro a empregá-lo: Aristóteles define a catarse como “purgação das paixões”; buscava, então, caracterizar o efeito que a tragédia provocava no espectador (Coutinho, 2011: 121). O filósofo grego, porém, ao dar a essa purgação o sentido de elevação – em certo sentido, superação, diz Coutinho – que leva a uma passagem da arte à moral, atém-se estritamente ao mundo da tragédia e de seus efeitos; Gramsci, contudo, recolhe do termo Aristotélico esse sentido de superação e, ao universalizá-lo, “faz dele uma determinação essencial da práxis humana e, mais especificamente, da práxis política”. Nas mãos do italiano, a catarse passa a indicar também¹, como vimos no capítulo 1 deste trabalho, a passagem do momento egoístico-passional (ou econômico-coorporativo) para o ético-político, ou seja, o meio através do qual o momento *particular* é superado dialeticamente no *universal*.

Em Smith esse movimento se põe da seguinte maneira:

Avalio sua percepção pela minha percepção, seu ódio pelo meu ódio, sua razão pela minha

¹ Digo “também” por que Gramsci utiliza o termo em múltiplos sentidos. Genericamente podemos dizer que se refere à passagem do objetivo ao subjetivo ou, ainda, da “necessidade à liberdade”. Gramsci também a utiliza em sentido mais estrito, sob um ângulo estético, quando afirma que “catarse” é a passagem da poesia à estrutura – neste caso discutindo o Canto X do Inferno de Dante. Em outros momentos faz outras referências a arte, já utilizando o termo em seu sentido amplo em sua conotação política. Todas as referências aqui são extraídas de COUTINHO (2011: 121 – 123).

razão, seu ressentimento pelo meu ressentimento, seu amor segundo meu amor. Não tenho nem posso ter outra forma de julgá-los. Assim é como se formam as regras gerais da moralidade. Baseiam-se, em última instância, na experiência dos que aprovam nossas faculdades morais ou no nosso sentido de mérito e de correção. SMITH, TSM: 291,292 apud GANEM, 2002.

É por isso que insiste que a “simpatia não é um sentimento egoísta”: por que o que Smith chama de simpatia nada mais é que catarse, certamente em sentido mais estrito que o de Gramsci, mas desempenhando a mesma função de superação do momento particular egoístico-passional. Em Smith isto se dá através da vivência, convivência ou experiência, enquanto em Gramsci é a essência da própria práxis. Em Smith os juízos éticos são formados através da experiência e da imaginação e dessa forma as normas morais revelam-se produções sociais. E todo este movimento é *natural*, no sentido que expusemos, uma vez que emerge do próprio homem e não se impõe a ele como força externa.

Em suma, a compreensão da ordem social smithiana como erigida sobre este todo complexo que se revela o homem talvez seja a chave talvez seja, afinal, a chave para o entendimento de uma ordem que harmoniza, superando, os interesses privados sem, contudo reduzir-se à alegoria de Mandeville que, afinal, fora objeto de crítica pelo próprio Smith.

Conclusões Finais

Nenhum dos temas aqui direta ou indiretamente abordados teve um tratamento definitivo, extenso, que pretendesse esgotá-los, nem é esta a proposta deste trabalho: valorizamos mais as pontas abertas, os gatilhos para novas investigações, que o esforço de fechá-las ou resolvê-las. Buscamos nas nossas referências não o que tinham a dizer de conclusivo, mas o que tinham de controverso. Neste sentido é um trabalho que se pretende *crítico*, no sentido que Teixeira (2000) recupera de Althusser:

“criticar” a economia política não pode significar criticar ou retificar tal inexatidão ou tal detalhe de uma disciplina existente, nem inclusive preencher suas lacunas, ocupar seus vazios, seguindo um movimento de exploração já amplamente iniciado. “Criticar a economia política” quer dizer opor-lhe uma nova problemática e um objeto novo, submeter portanto à discussão o próprio objeto da economia política (Althusser e Balibar, 1969, p. 171).

No mesmo artigo, Teixeira afirma que muitos leitores terminam por recusar Marx ao fracassarem na tentativa de aprisioná-lo “nos limites estreitos de uma ciência compartimentada”, prosseguindo:

Marx não cabe nas fórmulas dos economistas, nem nos esquemas dos sociólogos, nem nas abstrações dos filósofos; ao contrário, seu ponto de partida metodológico é a recusa do positivismo e seu objetivo é produzir o entendimento da dinâmica e da lógica do capital.

Nosso movimento inicial de exposição do ponto de vista da totalidade, deste modo, teve um duplo sentido. O primeiro é o de recuperar Marx (e o marxismo) em sua complexidade, recusando qualquer possibilidade de reduzi-lo à natureza estática do conceito, como o fizeram tantos marxistas ao longo do século XX: um discurso “inutilizado por leituras sectárias, dogmatizado pela necessidade de atacá-lo ou defendê-lo” (Tolipan, 1990 apud Teixeira, 2000). O segundo é, logicamente, compreender o modo através do qual Marx apreende a complexidade do mundo.

Deste, revelamos a posição especial que ocupam os fenômenos econômicos na ontologia marxista, posição esta que mostra-se fundamental para a apreensão do movimento do todo. Ao mesmo tempo o fenômeno econômico torna-se, lido desta forma, incompleto, inapreensível como fenômeno isolado, tornando imprescindível uma abordagem mais

holística, multidisciplinar (ou unidisciplinar, como propõe Wallerstein), que dê conta da natureza dialética do real.

O segundo movimento resgata Smith do mausoléu da História: história aqui não no sentido que Marx lhe confere, como síntese do pensamento social, mas história no sentido que os livros-textos em geral costumam assumir, mais ou menos explicitamente: como disciplina superada (sentido não dialético), ultrapassada, cuja importância reside em revelar a genealogia do conhecimento presente, este sim superior, o estado da arte.

Tentamos dar a Smith contornos próprios de um autor que possui a relevância de um clássico, uma importância que resiste à passagem do tempo e, com ele, de todas as particularidades de forma, à sua época, o objeto de sua crítica. Smith, tal como Marx, não cabe nas caixinhas disciplinares desta ciência compartimentada que o positivismo nos legou. Não tentamos, em momento algum – e deixar isso claro é fundamental – ler Smith com olhos do futuro, no sentido de imputá-lo o germe da filosofia futura, neste caso, do marxismo. As aproximações que fizemos neste sentido tiveram o objetivo de revisitá-lo sim, como filósofo de uma época revolucionária sem, contudo, perder de vista que sua revolução era evidentemente outra. Não deixa, contudo, de ser-lhe imprescindível um olhar sob um ponto de vista que, se não da totalidade, que certamente se pretendia universal. A economia política assume o desafio de substituir a filosofia do direito na tarefa de justificar a nova ordem emergente, fruto da dissolução dos elementos da ordem feudal:

A economia política clássica, enquanto ideologia da burguesia liberal em ascensão (que desenvolveu os argumentos do direito natural com o fim de justificar a propriedade móvel em detrimento da propriedade fundiária feudal), não podia renunciar ao conceito de trabalho. Nos séculos imediatamente precedentes, a consciência de burguesa considerava a propriedade capitalista como “conquistada” através do trabalho, à diferença da propriedade feudal, fruto da mera apropriação. Kofler (2010 [1955]: 229)

O próprio Marx admite que é Smith aquele que mais próximo chegou da noção de Mais-Valia e que praticamente chega a formulá-la:

A. Smith observa aí, sagazmente que o grande desenvolvimento real da força produtiva do trabalho só começa quando este se transforma em trabalho assalariado, a que se opõem as condições de trabalho na forma de propriedade fundiária e na de capital. Assim, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho só tem início em condições que os próprios trabalhadores não podem mais apropriar-se do que dele resulta. MARX (1980 [1863]: 48).

Entretanto Smith não deixava de ser, sobretudo, um representante da burguesia liberal escocesa do século XVIII, posição que não lhe era muito favorável a que desse a esta constatação mais que uma importância secundária, quase como uma nota de rodapé: o foco de suas atenções era atraído por outras motivações.

Entendê-lo à luz de sua época, com suas limitações e contradições, não significa, contudo, diminuí-lo. Propusemos, pelo contrário, que seu modo de apreender a realidade confere a sua análise uma riqueza analítica que poucos autores – certamente poucos economistas – têm a oferecer. Sua obra, apesar de extensamente debatida e analisada, ainda mostra-se terreno fértil aos economistas e aos marxistas.

Finalmente, convém apontar que em todo momento tivemos um referente ausente, uma voz oculta ou subentendida, que se impõe nas entrelinhas de nossa exposição: o positivismo e, em particular, seu braço econômico, representado pelo marginalismo. Se nos tempos de Smith e de Marx este discurso não existia ou era ainda incipiente, hoje se faz absoluto, permeando não só todas as esferas do saber como impondo sua lógica em todos os espaços de produção e divulgação do conhecimento. Ainda que não seja este propriamente objeto de nossa análise, convém pontuar que a defesa de uma *outra perspectiva*, um outro princípio orientador do pensamento, voltado para a *totalidade*, é motivada e faz-se especialmente necessária por conta desta particularidade da época e do meio a partir do qual escreve, hoje, este autor.

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, A. M. (1988). **A pré-história da economia**: De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

CARCANHOLO, R. (2012). **Marx, Ricardo e Smith** – sobre a teoria do valor trabalho. Vitória: Editora EDUFES, 2012.

CERQUEIRA, H. (2004). Adam Smith e o Surgimento do Discurso econômico. **Revista de Economia Política**, Vol. 24, Nº3 (95), Julho-Setembro/2004.

COUTINHO, C. N. (2008 [1994]). **Marxismo e Política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____ (2011). De **Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

CHALFIN COUTINHO, M. (1993). **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

GANEM, A. (2002). Economia e Filosofia: Tensão e Solução na Obra de Smith. **Revista de Economia Política**, vol. 22, n.º 4 (88), outubro-dezembro/2002.

_____ (2012). O Mercado como ordem social em Smith, Walras e Hayek: uma perspectiva crítico-filosófica. In: GANEM, A., FREITAS, F. e MALTA, M. (org.). **Economia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

_____ (1998). Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica.

KOFLER, L. (2010 [1955]). **História e Dialética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LUKÁCS, G. (2012 [1923]). **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____ (2012 [1960]). **Por uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

LÖWY, M. (2009 [1987]). **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. (2010 [1844]). **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

- _____ (2008 [1846]). **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____ (2009 [1847]). **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____ (1972 [1857]). Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política. In: David Horowitz (org.). **A Economia Moderna e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- _____ (1980 [1863]). **Teorias da Mais-valia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- _____ (2008 [1867]). **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro 1, Volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, I. (2013 [1972]). **O Conceito de Dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____ (2011 [1994]). **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- PAULANI, L. (2005). **Modernidade e Discurso econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- PRADO, E. (2009). **Economia, Complexidade e Dialética**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.
- SMITH, A. (2003 [1776]). **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TEIXEIRA, A. (2000). Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Econômica**, N°4, PP. 85-109, DEZEMBRO 2000.